

ATIVIDADES PIONEIRAS DO EXÉRCITO

Ten-Cel ELBER DE MELLO HENRIQUES
Oficial de Estado-Maior

I

Todos os pesquisadores da História são concordes em assinalar as imensas dificuldades que se antepõem a seus trabalhos. Attingir a origem de um acontecimento e acompanhar sua evolução exige competência, paciência, serenidade, imparcialidade, interpretação segura e, finalmente, sorte.

O pesquisador tem que se dedicar à intensa procura nas bibliotecas, fazer indagações, visitar organizações etc.

No caso do Brasil, a situação piora porque os arquivos de todo o nosso período colonial estão quase sempre em Portugal. Essas considerações foram feitas para deixar bem claro que o que se segue serve somente como motivação a pesquisas complementares. É um documento aberto a retificações e acréscimos.

Queremos deixar consignado nosso agradecimento ao Exmo. Sr. Gen Bda João Costa, que teve a idéia inicial dessa pesquisa quando exercia a Chefia da 5ª Seção do EME.

II — DEMARCAÇÃO E CARTOGRAFIA

Coube ao Exército, através de seus oficiais, o pioneirismo na confecção da cartografia pátria.

No período colonial, os principais cartógrafos pertenciam aos quadros do Exército português.

Assim é que a primeira rigorosa Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro foi de autoria de Manoel Leão, sargento-mor e governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião do Rio de Janeiro (1767).

Em 1774, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, comandante da praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemy, fez a carta da região que vai de São Paulo até aquela praça, percorrendo os rios Tieté, Paraná e Iguatemy.

A cartografia no Brasil está ligada à demarcação das fronteiras e, nessa atividade, os militares do Exército também levaram a palma de pioneiros, e seus trabalhos possibilitaram o aparecimento da importante "Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Luzitânia". Essa Carta, bastante rica na localização de rios, serras

e outros acidentes geográficos, é um imperecível documento sobre o trabalho e a abnegação dos militares portugueses a percorrerem, na época, as selvagens regiões lindeiras do N e do W do Brasil.

Ao ser fundada a Academia Real Militar, em 1810, foi determinado que seus alunos se exercitariam em trabalhos geodésios "que anualmente se farão em grandes dimensões nos lugares que anualmente a Junta Militar destinar para o mesmo fim, e que serão executados com a maior perfeição".

Em 1836 foi publicado o mapa da Província de Goiás, obra do Marechal Cunha Matos.

Em 1846 o coronel Jacob Conrado de Niemeyer organizou a "Carta do Império do Brasil". Essa carta foi reeditada em 1857 por ordem de Caxias, então Ministro da Guerra.

Em 1862 o Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan foi o principal membro da Comissão encarregada de executar a Carta Geral do Império. Essa Comissão teve o mérito de realizar a primeira triangulação geodésica do Brasil no Distrito Federal (à época Município Neutro), atual Estado da Guanabara. Ela publicou a "Carta do Império" em 1875, ainda cheia de omissões e incorreções, mas a única da época.

Em 1781 o oficial do Exército Ricardo Franco de Almeida Serra procedeu ao reconhecimento dos Rios Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé e Paraguai, tendo terminado êsses trabalhos no fim do ano seguinte. Posteriormente fez reconhecimentos parciais e levantamentos topográficos. Foi acometido de sezões, atacado pelos índios e quase morreu afogado.

De Ricardo Franco trabalhando em equipe sob sua chefia, ou a êle atribuído, por ser o chefe do serviço cartográfico na época (quando o Governador assinava uma carta topográfica o nome do autor nela não aparecia) foram publicados:

"Mapa Geográfico da Capitania do Grão-Pará, Maranhão, Piauí e São José do Rio Negro".

"Configuração do Rio Japurá".

"Plano Geográfico do Rio Branco"... (e outros).

"Nova Carta Geográfica de Parte do Rio Paraguai".

"Mapa do Rio Madeira".

"Carta Geográfica do Rio Guaporé".

E muitos outros mais, todos entre 1780 e 1809, data de seu falecimento.

Terminada a Guerra do Paraguai, coube a uma Comissão de Oficiais do Exército a penosa tarefa de demarcação de nossas fronteiras com a Nação guarani:

Barão de Maracaju

Barão de Parima

Joaquim de Oliveira Pimentel

Antero Tavares da Silva

Muitos outros militares deram durante o Império o melhor de suas forças para a cartografia brasileira.

Entre outros:

Barão de Caçapava

Pedro Alcântara Bellegarde

João Paulo de Santos Barreto

Galdino Justiniano Pimentel

Gregório Taumaturgo de Azevedo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em parecer publicado em 1901, sobre o trabalho do Estado-Maior do Exército na confecção da Carta Geral da República, afirma:

“A outros oficiais do Exército Brasileiro coube a glória de, no decurso do século XIX, empreender e realizar os mais vastos trabalhos de geografia matemática que se tenham executado no Brasil”.

Em 1900, já no período republicano, o Exército deu início ao planejamento da Carta Geral da República e em 1903 iniciou o trabalho de triangulação do Rio Grande do Sul, dentro do programa da Carta Geral. Nessa ocasião sobressaía o nome do Gen Tasso Fragoso.

O General Bertoldo Klinger declara:

“No dia 24 de abril último (1919) foi empreendida pelo Capitão Alípio Virgílio di PRIMIO a primeira demonstração da fotogrametria aeronáutica, levantando êsse oficial, num aeroplano pilotado pelo Capitão VERDIER, da missão francesa, uma faixa de terreno de 1.700 metros de largura por 9.000 de comprimento, mais ou menos; desde MADUREIRA até além da VILA MILITAR, sendo a duração do vôo útil de 4 minutos e meio”.

“Fôra o Cel BENTO RIBEIRO, quando prefeito do Distrito Federal quem levava para a Prefeitura o major Alfredo VIDAL, que então introduziu no Brasil a estereofotogrametria, para isso promovendo viesse da Áustria o mestre na especialidade, de renome mundial, WOLF”.

“Quando mais tarde Bento Ribeiro, General, foi chefiar o EME, levou VIDAL e o fez chefe do Serviço Geográfico Militar, para onde êle levou então a fotogrametria e completou a sua obra pioneira com o contrato de mais mestres austríacos, topógrafos, que fizeram a modelar Escola do Morro da Conceição”.

Em 1922 o então Major Alfredo Vidal fez o levantamento, o desenho e a impressão da Carta do Distrito Federal.

Em 1923 o mesmo oficial deu início ao primeiro levantamento fotogramétrico da Ilha do Governador, utilizando o processo estéreo-fotogramétrico terrestre.

CONCLUSÃO

Pelo histórico feito torna-se patente a atividade pioneira do Exército na Cartografia Nacional e na Demarcação. O sacrifício feito no perلustrar de regiões desconhecidas e inóspitas bem merece o respeito dos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

CARTA DO BRASIL (projeto elaborado pelo EME). Anuário 1951-1952 da Diretoria do Sv Geográfico do Exército.

TRIANGULAÇÕES, MAPAS E PLANOS CARTOGRAFICOS (Cel Djalma Polli Coelho).

PARADA E DESFILE DUMA VIDA DE VOLUNTARIO DO BRASIL — Klinger.

UM HOMEM DO DEVER (Cel Ricardo Franco de Almeida Serra). Pelo General Raul Silveira de Mello. Edição da Biblioteca do Exército.

III — ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Em Portaria de 10 de janeiro de 1922 o Ministro CALÓGERAS criou o Centro Militar de Educação Física a funcionar na Vila Militar, junto à Escola de Sargentos de Infantaria, cujo comandante seria seu diretor.

O Aviso n. 529 de 3 de julho de 1929 criou o Curso Provisório de Educação Física anexo à Escola de Sargentos de Infantaria para “difundir, unificar e intensificar o ensino de Educação Física no Exército” e para “tornar praticamente conhecido dos oficiais o moderno método francês de Educação Física”.

Ainda em 1929, o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos nomeou uma Comissão para elaborar um anteprojeto de lei de Educação Física que previu a criação de uma Escola Nacional Superior de Educação Física.

Em 1929 funcionou pela primeira vez um Curso Provisório de Educação Física (civil) na Escola de Sargentos de Infantaria, tendo como instrutores o Tenente Ignácio de Freitas Rolim e o Tenente Médico Virgílio Alves Bastos. Esse curso era inspirado na experiência do Centro Militar de Educação Física.

Nesse mesmo ano o Curso formou a primeira turma especializada em Educação Física.

Em 11 de janeiro de 1930 foi organizado o Centro Militar de Educação Física, a funcionar na Fortaleza de São João.

Em 19 de outubro de 1933 o Centro foi transformado em Escola de Educação Física do Exército com as seguintes finalidades:

- formar instrutores e monitores de Educação Física;
- formar mestres de armas e monitores de esgrima;
- proporcionar aos médicos especialização em educação física;
- formar massagistas desportivos;
- dar aos oficiais conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima;
- *formar, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; etc.*

O artigo 13 desse decreto diz:

“Na Escola de Educação Física do Exército, será permitida a matrícula de civis”...

Em 1937 foi criado no Ministério da Educação e Saúde uma Divisão de Educação Física, sendo seu primeiro diretor o Major do Exército João Barbosa Leite.

Essa Divisão planejou um curso de emergência para civis na Escola de Educação Física do Exército no ano de 1939, que veio a diplomar 168 alunos, dos quais 107 do Instituto de Educação da Prefeitura do Distrito Federal.

Finalmente, em 17 de abril de 1939 foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Coube ao oficial do Exército João Barbosa Leite gerir a Escola até a sua instalação na Rua Alcindo Guanabara, de onde passou para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos.

A Escola teve como primeiro diretor o major do Exército Ignácio de Freitas Rolim que, em memorável solenidade no Campo do Fluminense Futebol Clube recebeu a bandeira da Escola Nacional de Educação Física das mãos do Coronel Otávio Saldanha Mazza, na época comandante da Escola de Educação Física do Exército, como a testemunhar a continuidade do espírito da Educação Física que passava das mãos exclusivas dos militares do Exército para os civis de todo o Brasil.

CONCLUSÃO

Educação Física no Brasil é, conforme ficou comprovado, uma iniciativa pioneira do Exército.

BIBLIOGRAFIA

ORAÇÃO DOS VINTE ANOS — Waldemar Areno.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS — Inezil Penna Marinho.

Em 1923 o mesmo oficial deu início ao primeiro levantamento fotogramétrico da Ilha do Governador, utilizando o processo estéreo-fotogramétrico terrestre.

CONCLUSÃO

Pelo histórico feito torna-se patente a atividade pioneira do Exército na Cartografia Nacional e na Demarcação. O sacrifício feito no perلustrar de regiões desconhecidas e inhóspitas bem merece o respeito dos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

CARTA DO BRASIL (projeto elaborado pelo EME). Anuário 1951-1952 da Diretoria do Sv Geográfico do Exército.

TRIANGULAÇÕES, MAPAS E PLANOS CARTOGRAFICOS (Cel Djalma Polli Coelho).

PARADA E DESFILE DUMA VIDA DE VOLUNTARIO DO BRASIL — Klinger.

UM HOMEM DO DEVER (Cel Ricardo Franco de Almeida Serra). Pelo General Raul Silveira de Mello. Edição da Biblioteca do Exército.

III — ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Em Portaria de 10 de janeiro de 1922 o Ministro CALÓGERAS criou o Centro Militar de Educação Física a funcionar na Vila Militar, junto à Escola de Sargentos de Infantaria, cujo comandante seria seu diretor.

O Aviso n. 529 de 3 de julho de 1929 criou o Curso Provisório de Educação Física anexo à Escola de Sargentos de Infantaria para “difundir, unificar e intensificar o ensino de Educação Física no Exército” e para “tornar praticamente conhecido dos oficiais o moderno método francês de Educação Física”.

Ainda em 1929, o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos nomeou uma Comissão para elaborar um anteprojeto de lei de Educação Física que previu a criação de uma Escola Nacional Superior de Educação Física.

Em 1929 funcionou pela primeira vez um Curso Provisório de Educação Física (civil) na Escola de Sargentos de Infantaria, tendo como instrutores o Tenente Ignácio de Freitas Rolim e o Tenente Médico Virgílio Alves Bastos. Esse curso era inspirado na experiência do Centro Militar de Educação Física.

Nesse mesmo ano o Curso formou a primeira turma especializada em Educação Física.

Em 11 de janeiro de 1930 foi organizado o Centro Militar de Educação Física, a funcionar na Fortaleza de São João.

Em 19 de outubro de 1933 o Centro foi transformado em Escola de Educação Física do Exército com as seguintes finalidades:

- formar instrutores e monitores de Educação Física;
- formar mestres de armas e monitores de esgrima;
- proporcionar aos médicos especialização em educação física;
- formar massagistas desportivos;
- dar aos oficiais conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima;
- *formar, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; etc.*

O artigo 13 desse decreto diz:

“Na Escola de Educação Física do Exército, será permitida a matrícula de civis”...

Em 1937 foi criado no Ministério da Educação e Saúde uma Divisão de Educação Física, sendo seu primeiro diretor o Major do Exército João Barbosa Leite.

Essa Divisão planejou um curso de emergência para civis na Escola de Educação Física do Exército no ano de 1939, que veio a diplomar 168 alunos, dos quais 107 do Instituto de Educação da Prefeitura do Distrito Federal.

Finalmente, em 17 de abril de 1939 foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Coube ao oficial do Exército João Barbosa Leite gerir a Escola até a sua instalação na Rua Alcindo Guanabara, de onde passou para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos.

A Escola teve como primeiro diretor o major do Exército Ignácio de Freitas Rolim que, em memorável solenidade no Campo do Fluminense Futebol Clube recebeu a bandeira da Escola Nacional de Educação Física das mãos do Coronel Otávio Saldanha Mazza, na época comandante da Escola de Educação Física do Exército, como a testemunhar a continuidade do espírito da Educação Física que passava das mãos exclusivas dos militares do Exército para os civis de todo o Brasil.

CONCLUSÃO

Educação Física no Brasil é, conforme ficou comprovado, uma iniciativa pioneira do Exército.

BIBLIOGRAFIA

ORAÇÃO DOS VINTE ANOS — Waldemar Areno.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS — Inezil Penna Marinho.

IV — O TELEGRAFO NO BRASIL

Igualmente a inúmeras outras atividades, coube ao Exército o pioneirismo na instalação do telégrafo em nosso país.

A Escola Militar da Côrte adquiriu, para suas aulas de Física, aparelhos telegráficos tipo "Breguet", que eram manipulados pelo lente da matéria o Capitão honorário de Engenheiros Guilherme Such de Capanema.

O Ministro da Justiça, Euzébio de Queirós, queixava-se da falta de ligação, rápida e a grande distância, entre as autoridades governamentais e resolveu designar o Coronel Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão para fazer a ligação telegráfica entre o Quartel da Polícia de que era Comandante (Rua Evaristo da Veiga) e o morro do Castelo.

Lembrou-se o Coronel dos aparelhos "Breguet" da Escola Militar e os obteve por empréstimo do Capitão Guilherme Such de Capanema.

A ligação feita com fiação rudimentar e com gargalos de garrafa à guisa de isoladores não deu resultados.

O Coronel Polydoro devolveu os aparelhos ao Capitão Capanema declarando que os mesmos não funcionavam.

Surpreso com a informação, o Capitão Capanema pediu ao Coronel permissão para fazer uma experiência com êle próprio em salas separadas. Em breve o Coronel recebia uma mensagem e modificava sua impressão.

Sabedor do ocorrido, o Ministro da Justiça (Euzébio de Queirós) mandou chamar o Capitão Capanema e lhe pediu o material necessário a ser adquirido na Europa para fazer a ligação entre a Quinta da Boa Vista (residência do Imperador) e o Quartel-General do Exército.

Meses após chegava o material e a 11 de maio de 1852 foi inaugurado oficialmente o telégrafo no Brasil.

Na construção dessa linha trabalharam afanosamente os presos da Casa de Correção.

Nascido sob o signo do Exército, foram os eventos bélicos que o desenvolveram.

A guerra do Paraguai possibilitou a extensão da linha telegráfica ao Rio Grande do Sul e, quando Caxias assumiu o Comando das operações no Paraguai providenciou imediatamente a instalação de linhas telegráficas entre os pontos mais importantes do teatro de operações.

No período republicano mais se acentuou a influência dos militares no desenvolvimento da telegrafia no Brasil.

Em 1905 o Capitão Felix Fleury de Souza Amorim chefiando uma Comissão Militar ligou Guarapuava à Colônia Miranda, de Foz de Iguaçu (Paraná).

Uma equipe militar chefiada pelo Tenente-Coronel João de Deus Martins, ligou Cruz Alta à Colônia Militar do Alto Uruguai.

Ainda outra Comissão Militar, chefiada pelo Capitão Cândido Mariano da Silva Rondon, levou os postes telegráficos de Cuiabá a Cuiumbá (Mato Grosso).

Em 1906 também Bela Vista se ligou a Pôrto Murtinho graças ao trabalho e à dedicação dos militares.

Em 1907 o já Major Cândido Mariano da Silva Rondon iniciou a linha telegráfica que veio a ligar Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira no Amazonas. Essa linha-tronco e seus ramais (Parecis-Barra dos Bugres, Cáceres-Mato Grosso e Pôrto Velho-Guajará-Mirim) consumiu 2.270 quilômetros de linha numa extensão de 700 quilômetros em matas virgens.

CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro tem, com justo orgulho, o pioneirismo no Telégrafo Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

MEMÓRIA HISTÓRICA DA REPARTIÇÃO GERAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS — Dr. Edgard B. de Barros.

O CORREIO BRASILEIRO — Notícia Histórica por Domingos da Costa Lopes.

SYNOPSIS DO TELÉGRAFO NO BRASIL — Repartição Geral dos Telégrafos.

MEMÓRIA HISTÓRICA SOBRE OS CORREIOS — M. Torres.

MEMÓRIA HISTÓRICA — D.C.T.

V — SIDERURGIA

Não propriamente iniciativa pioneira do Exército, mas muito a ele devendo, a Siderurgia no Brasil surgiu sob a influência das necessidades bélicas.

Assim é que vemos ainda no século XVII D. Rodrigo José de Menezes, Governador da Capitania das Minas Gerais empenhar-se para que o ferro fôsse fabricado no Brasil.

Em 1765, “preocupado que estava em ter armas e munições para a guerra contra os espanhóis no Sul”, o Governador de São Paulo concedeu permissão para produzir ferro.

“Em 1800, o Coronel Xavier de Almeida e o químico Manço Pereira fizeram estudos e tomaram providências para o estabelecimento da Fábrica de Ipanema”.

Essa fábrica contribuiu muito para o progresso de São Paulo produzindo "material para a lavoura, as moendas, as máquinas para olarias, serrarias, engenhos de arroz e de algodão".

Em 1 de novembro de 1818 correu em Ipanema, e pela primeira vez no Brasil, ferro fundido de um alto forno.

Em 1864, segundo Guilherme Capanema, podia-se fundir nessa fábrica, um canhão de 60, por dia.

Posteriormente a Fábrica de Ipanema foi transferida do Ministério da Guerra para o da Agricultura.

No século passado o Arsenal Militar examinava o aço produzido nas usinas, conforme consta de um parecer assinado pelo tenente Onofre, "que a amostra de aço que V.S. me remeteu para ser experimentada neste Arsenal, sofreu os mais rigorosos exames pelos respectivos mestres, os quais declaram ser este aço..."

No governo do Marechal Hermes da Fonseca foram aprovados decretos de alta significação para a indústria siderúrgica, como redução de fretes, isenção de impostos etc.

A 1ª Grande Guerra deu um forte impulso ao problema do ferro pela dificuldade em que se viu o país de abastecer-se.

Em 1917 surgiu a Companhia Siderúrgica Mineira, que, em 1921 passou a denominar-se Belgo-Mineira (Monlevade).

Em 1931 o Exército criou a "Comissão para o estudo da Capacidade Industrial Militar da Metalurgia Nacional" e, logo após o Governo criou a "Comissão Nacional de Siderurgia", que funcionou no Ministério da Guerra.

A iminência da 2ª Grande Guerra uniu todas as forças progressistas da Nação e, tendo à frente o Exército, resolveram dotar o país de uma siderurgia pesada, sobressaindo então o nome do Major Edmundo de Macedo Soares.

E assim surgiu no começo da década de 40 a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

CONCLUSÃO

As necessidades bélicas fizeram com que o Exército estimulasse sempre o Governo para a implantação da Siderurgia, cabendo-lhe, por tanto, um lugar de destaque como pioneiro.

BIBLIOGRAFIA

E. M. DE CASTRO E SILVA

INFORMAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA SIDERÚRGICA — Gonzaga de Campos.

BOLETIM DO EXÉRCITO N. 108, de 25 Nov 1917.

O PROBLEMA SIDERÚRGICO SOB O PONTO DE VISTA DAS INDÚSTRIAS MILITARES — Jayme da Silva Lima.

DISCURSOS — Edmundo de Macedo Soares.

VOLTA REDONDA — Gênese de uma idéia — Macedo Soares.

A CONQUISTA SIDERÚRGICA NO BRASIL — Humberto Bastos.

O PROBLEMA SIDERÚRGICO BRASILEIRO SOB O PONTO DE VISTA DOS MILITARES — Jayme da Silva Lima.

VI — ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA

A actual Escola Nacional de Engenharia tem suas raízes na Academia Real Militar.

Acompanhemos as anotações históricas:

ACADEMIA REAL MILITAR

Assinada pelo Conde de Linhares foi aprovada em 4 de dezembro de 1810 uma Carta de Lei que dizia:

“D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem público dos meus vassallos, e à defesa e segurança dos meus vastos domínios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, um curso regular das Sciencias exactas e de observação, assim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e praticos que formam a sciencia militar em todos os seus dificeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem habeis Officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiro geographos e topographos, que possam também ter o util emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas: hei por bem que na minha actual Côrte e Cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de tactica como de fortificação, e artilharia...”

Em 22 de janeiro de 1811, o Brigadeiro João Manoel da Silva, Inspector de Engenharia, foi encarregado de fazer a adaptação do Edifício da Sé para aí funcionar o arquivo e as aulas e os gabinetes de Física, Química, História Natural e Mineralogia.

Em 23 de abril do mesmo ano, na Casa do Trem, na Ponta do Calabouço, foi inaugurada a Academia Real Militar. Esse edificio veio a ser, mais tarde, o Arsenal de Guerra e hoje é a sede do Museu Histórico Nacional.

No dia 1 de abril de 1812 foi ela transferida para o edificio originariamente construído para ser a Catedral do Rio de Janeiro no Largo de São Francisco.

Em 1823 foi permitido aos civis frequentarem as aulas da Academia Imperial Militar, nome que tomou a partir da Independência (12-10-822).

Em 9 de março de 1832 foi a ela anexada a Academia de Guardas-Marinha, tomando o nome de Academia Militar da Côrte. Essa união durou somente até 22 de outubro de 1833, por ter a experiência mostrado que ela não correspondia aos fins a que se propunha.

Em 1835 (23 de janeiro) a Regência determina que a Academia de Guardas-Marinha fique "de todo" desligada da Academia Militar da Côrte.

Por decreto de 14 de janeiro de 1839 a Academia Militar da Côrte passou a chamar-se Escola Militar da Côrte.

O Decreto n. 140, de 9 de março de 1842, instituiu o ensino de engenharia civil. Declara D. Pedro II nesse Decreto que a Escola Militar da Côrte tem como "salutar fim" o preparo de officiaes de todas as armas do Exército e de Engenheiros hábéis para o serviço publico e particular.

O Decreto n. 2.116 de 1 de março de 1858 transformou a Escola Militar da Côrte em Escola Central e foi destinada ao ensino das Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais, e também ao de *Engenharia Civil*.

Durante a Guerra do Paraguai a Escola foi muito prejudicada por ter a quase totalidade de seus instrutores e alunos partido para a campanha.

Pelo Decreto n. 2.261, de 24 de maio de 1873, a Escola Central deixou de fazer parte do ensino militar passando para a jurisdição do Ministério do Império.

Em 25 de abril de 1874 foi publicado o Decreto n. 5.600 que reorganizou a Escola Central, dando-lhe o nome de Escola Politécnica. Esta Escola passou a possuir seis cursos:

Curso de Ciências Físicas e Naturais

Curso de Ciências Físicas e Matemáticas

Curso de Engenheiros Geógrafos

Curso de Engenharia Civil

Curso de Minas

Curso de Artes e Manufaturas

Sobrevindo a República, naturalmente, a Escola Politécnica sofreu reformas, sendo, inclusive, instituída a livre docência. A Escola foi composta de um curso fundamental comum e dois cursos superiores:

Engenharia Civil
Engenharia Industrial

Após sucessivas reformas a Escola Politécnica passou a chamar-se (1937) Escola Nacional de Engenharia, incorporada à Universidade do Brasil.

CONCLUSÃO

Pelo histórico acima mencionado verifica-se que a atual Escola Nacional de Engenharia é oriunda do desdobramento da Escola Militar da Corte (1858), sendo uma iniciativa pioneira do Exército Brasileiro.

VII — A VETERINÁRIA

É evidente que nos tempos coloniais já havia uma medicina veterinária divulgada por meio oral entre os criadores de gado. Esse empirismo só veio a terminar com a oficialização do ensino.

Em 5 de dezembro de 1810 foi criado no 1º RCG o cargo de veterinário.

A mais antiga referência ao ensino oficial da veterinária no Brasil foi encontrado no Decreto de 31 de janeiro de 1818 mandando “criar uma aula de Alveitaria no 1º Regimento de Cavalaria do Exército”.

Em 12 de julho de 1824 a Secretaria do Estado da Guerra fixou em 300 reis diários o soldo do veterinário militar.

No plano de organização do 6º Corpo de Artilharia Montada (28 de janeiro de 1828) aparece funcionalmente o veterinário.

Dai em diante tornou-se o veterinário orgânico nas Unidades montadas.

O país não possuía porém uma Escola de Veterinária e os chamados médicos veterinários não eram profissionais, sendo muitas vezes contratados “sem concurso e sem critério”.

Na guerra contra Rosas, observou Caxias a deficiência da assistência sanitária aos animais, o que motivou alguns insucessos na campanha. Por isso, quando Ministro da Guerra, contratou na França um veterinário profissional que iniciou aqui o ensino veterinário responsável.

Em 1883 dizia na “Revista do Exército Brasileiro” o Capitão de Artilharia Araujo Corrêa:

“A ausência de Escolas de Veterinária e a extrema necessidade de que delas temos, acentua-se cada vez de um modo mais pronunciado entre nós, não só por meio de graves prejuízos para as indústrias criadoras como para a higiene e alimentação pública”.

Em 1894, sendo calamitosa as condições sanitárias dos animais dos corpos militares, resolveu o Exército contratar o veterinário inglês Radcliff, que iniciou seus trabalhos no 2º Regimento de Artilharia comandado pelo futuro Ministro da Guerra e Presidente da República General Hermes Rodrigues da Fonseca.

Finalmente, a Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908 (Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra), cria a Escola de Veterinária do Exército, sendo contratados na França os veterinários Ten-Cel Dr. Dupuy e Capitão Dr. Paul Ferret (Missão Francesa).

Sòmente a 17 de julho de 1914 foi instalada a Escola de Veterinária do Exército.

CONCLUSAO

A Veterinária é uma atividade cujo pioneirismo cabe ao Exército. Sòmente a êle coube tomar tôdas as providências iniciais para o exercício efetivo dessa profissão e foi em seu meio que surgiu a primeira Escola de Veterinária do País.

BIBLIOGRAFIA

CAXIAS — Affonso de Carvalho.

REVISTA MILITAR DE MEDICINA VETERINARIA — Janeiro de 1938.

VIII — CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros do atual Estado da Guanabara teve sua origem nos Arsenais de Guerra e Marinha:

DECRETO N. 1.775 — DE 2 DE JULHO DE 1856

Dá Regulamento para o serviço de extinção dos incêndios.

Hei por bem decretar o seguinte:

SECÇÃO I

Do serviço da extinção de incendios.

Art. 1º. O serviço de extinção de incendios será feito por bombeiros, sob o commando de hum Director, com auxilio das Autoridades policiaes, e coadjuvação da fôrça publica, na fôrma designada no presente Regulamento.

SECÇÃO II

Dos bombeiros e sua organização.

Art. 2º. Em quanto não for definitivamente creado hum corpo de bombeiros com organização conveniente, será o trabalho da ex-

tinção de incendios executado por operarios dos Arsenaes de Guerra e Marinha, das Obras publicas e da Casa de correção, alistados, exercitados e commandados na fórma abaixo indicada.

Art. 3º. Em cada huma das Repartições mencionadas no Artigo antecedente, será creada ou organizada huma secção de bombeiros, composta dos operários que forem mais ageis, robustos e moralisados, preferidos os mais amestrados em qualquer dos officios de machinismo ou construcção.

Art. 4º. As quatro secções assim creadas comporão o Corpo provisório de bombeiros, para cujo commando será nomeado hum Official superior do Corpo de Engenheiros, que será o Director geral do serviço dos mesmos, vencendo por isso a gratificação que lhe for marcada no Decreto de sua nomeação.

Art. 5º.

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo

O sinal de fogo era dado por tiros de Artilharia e por toques de sino.

O Corpo de Bombeiros foi equipado com bombas "Letestu". "H. Fland" e "Lenoir" bem como bombas fabricadas no Arsenal de Guerra que "pouca differença faziam das importadas da Europa".

Desde o início ficou evidenciado que o Corpo de Bombeiros deveria ser uma organização de caráter militar, baseado na hierarquia e na disciplina.

O relatório do Comando do ano de 1856 diz:

"Entretanto, o bombeiro da Repartição das Obras Públicas é de ordinário (assim o são quase todos) homem que não tem officio, ou que não quer trabalhar por elle, e que foi alistado para estar de promptidão junto às bombas que a repartição possui num armazem do largo da Carioca e no pavimento terreo do edificio que serve de secretaria na rua do Senhor dos Passos".

"A Inspetoria não tem meios de corrigir faltas e delictos offensivos da disciplina especial que cumpre manter na secção; não tem meios para prevenir que esses homens sejam ociosos e inuteis na maior parte do tempo que passam, vencendo um estipendio dos cofres publicos".

"Entendia e entendo que seria vantajoso ao serviço publico suprimir-se a secção das Obras Publicas e crear-se uma secção aquartelada com a companhia de pedestres, no edificio da Secretaria da Policia".

A participação nula da Repartição das Obras Públicas e o fato do Corpo de Bombeiros ter sido tradicionalmente comandado por Oficiais do Exército, evidenciam a preponderância do Exército na primazia da criação do Corpo de Bombeiros.

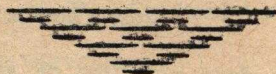
CONCLUSÃO

Coube ao Exército o papel preponderante na criação do Corpo de Bombeiros da Capital da República.

BIBLIOGRAFIA

LEIS DO BRASIL.

BREVE NOTÍCIA SOBRE A FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO
CORPO DE BOMBEIROS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.



GUERRA DO PARAGUAI

A Subseção Comercial da Biblioteca do Exército possui à disposição dos interessados a monumental obra do Gen Augusto Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", revista e anotada pelo Ten-Cel Francisco Ruas Santos.

5 volumes — 3.228 páginas — 96 mapas.

Preço: Volumes e mapas — Cr\$ 3.000,00.

Capa colecionadora de mapas Cr\$ 250,00.

Pedidos pelo reembolso postal à Subseção Comercial, Biblioteca do Exército, Palácio da Guerra, 3º andar da Ala Marcílio Dias.

Rio de Janeiro — GB, ZC-55

Enderêço telegráfico: BIBLIEX